



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	29
PARECER DO CONSELHO FISCAL	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA (“SPDA” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

I. SOBRE A SPDA

A Companhia teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 14.649, de 20 de dezembro de 2007, tendo sido constituída sob a forma de sociedade por ações no dia 16 de novembro de 2009 pela Prefeitura do Município de São Paulo (“PMSP”), acionista majoritária. A Companhia integra, portanto, a administração indireta do Município de São Paulo e está vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda (“SF”).

Seu objeto social é auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social da cidade de São Paulo, na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários, bem como na administração do pagamento de dívidas do Município.

Considerando essas atribuições, os negócios da Companhia são voltados para a estruturação de operações que poderão envolver, exemplificativamente, a antecipação de recursos, valorização de ativos existentes, reestruturação do passivo municipal, bem como a modelagem, estruturação e oferta de mecanismos de garantias em contratos públicos, e o estudo de soluções de mercado de capitais para a mobilização de ativos.

Para fazer frente a essas ações, a Companhia concentra-se substancialmente nas seguintes atividades:

I – Modelagem: consiste no estudo das alternativas de mobilização dos ativos ou de seu uso para a prestação de garantias, conjuntamente com a preparação de relatórios de viabilidade econômica e análise de riscos jurídicos e de mercado.

II – Estruturação: considerando as alternativas aventadas e a escolha do modelo de desenvolvimento da operação de mobilização de ativos, segue-se a etapa de estruturação, que abarca a preparação do material necessário à sua efetivação: termos de referência, minutas contratuais, relatórios de informações dos ativos e adaptações sistêmicas.

III – Implementação: compreende a materialização da operação aventada, por meio da colocação em mercado de valores mobiliários, da efetiva constituição de fundos de investimentos, ou da assinatura de contratos de garantia, dentre outras atividades possíveis, a depender do definido em etapas precedentes.

IV – Acompanhamento: nesse estágio, a Companhia supervisiona o desenvolvimento do projeto com objetivo de buscar a efetiva implantação da política pública e, subsidiariamente, a valorização do ativo, seja por meio da realização das atividades regulares de quotista de fundos de investimento - acompanhando a valorização de seus ativos -, seja por meio das ações de controle de eventuais garantias prestadas.

Ainda, considerando que a operação da SPDA lida com o risco inerente ao mercado financeiro, a Companhia não atua meramente como um investidor passivo, mas executa também atividades para que:

- 1- Os fundos da qual é cotista valorizem acima da projeção expressa em sua precificação;
- 2- Os riscos típicos de qualquer valor mobiliário não atinjam seu patrimônio; e
- 3- As estruturas típicas de mercado, controladas pela Companhia, exerçam sua função pública relacionada às diretrizes do governo municipal.

II - PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS OU ATUALMENTE EM EXECUÇÃO PELA COMPANHIA

No segmento de desenvolvimento de ativos, a Companhia implementou o projeto para melhoria da gestão da carteira de crédito imobiliária que era de titularidade da PMSP, originada pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (“COHAB-SP”), por meio da constituição do SPDA FIDC Habitação NP (“FIDC”), fundo de investimento em direitos creditórios de que a Companhia é cotista exclusiva, e para o qual a carteira de crédito imobiliária acima mencionada foi transferida. As cotas do FIDC valorizaram 21,4% em 2023, 4,4% acima dos 17% previstos quando da avaliação da carteira. Estes números positivos refletem os esforços da SPDA junto aos prestadores de serviço do FIDC em atuar com foco na recuperação dos créditos e indicam que o projeto capitaneado por esta Companhia em conjunto com a SF obteve sucesso.

A SPDA, no dia a dia, lidera tratativas junto aos prestadores de serviço do FIDC e à COHAB-SP para resoluções de situações que transcendem a cessão dos créditos, como: (i) negociações de acordos judiciais em ações coletivas históricas; (ii) otimização de fluxos operacionais na excussão da garantia de alienação fiduciária; (iii) implantação de melhorias no atendimento ao mutuário; (iv) melhoria na política pública ou na eficiência na cobrança do crédito. No exercício de 2023 foram aprovadas três adequações na política de cobrança junto ao Comitê Gestor do FIDC, sendo que uma delas, na política de desconto-adimplência, aumentou a arrecadação mensal do FIDC em mais de 25%.

Na área de estruturação de garantias, a SPDA oferece importante suporte às operações da PMSP. Este serviço prestado pela Companhia viabiliza financeiramente projetos e aumenta a disputa em certames.

No exercício de 2023, a SPDA efetivou a prestação da garantia para o primeiro lote da PPP dos Centros Educacionais Unificados da Secretaria Municipal da Educação (“PPP CEUS”), sendo a primeira garantia deste tipo prestada pela SPDA.

A Companhia também atua, cotidianamente, no acompanhamento e esclarecimento de dúvidas na implementação dos contratos de garantias e no aprimoramento das cláusulas para os próximos projetos, notadamente o segundo lote da PPP CEUs e a PPP de Escolas da DRE São Mateus. Essa atuação da SPDA traz maior eficiência na implantação e maior transparência na aplicação das condições da garantia.

Em relação aos dois projetos de consultoria realizados em 2023, a Companhia (i) logrou êxito na consultoria para a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (“COHAB-MG”) a assessoria técnica prestada pela SPDA auxiliou a COHAB-MG no projeto que, ora em execução, operou em 2023 a seleção do consórcio para constituição, administração e gestão de fundo de investimento com natureza semelhante ao FIDC; e (ii) entregou proposta de trabalho e nota técnica para a SF, na qual avaliou uma solução para acelerar os acordos visando a redução do estoque de precatórios judiciais do município de São Paulo. Este último projeto aguarda ordem da Secretaria para sua continuidade.

Do ponto de vista da governança, a Companhia realizou a contratação de colaboradora responsável pelo controle interno. Foi possível, assim, realizar, ainda em 2023, uma ampla análise dos instrumentos de governança da SPDA e a implantação de um cronograma anual de revisão e complementação destes documentos.

A SPDA conduziu, também, a revisão da política de pessoal, com adaptações que permitem que a Companhia realize concursos públicos, além de estimular o crescimento profissional de seus funcionários, sendo ferramenta indispensável para o fortalecimento de uma cultura de resultados sustentáveis na empresa.

III. RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Os esforços realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 resultaram em uma receita total da Companhia de R\$ 82.509.467,41 (R\$ 58.592.652,90 em 2022).

O principal componente da receita total da Companhia, o resultado das cotas do FIDC totalizou R\$ 63.917.179,60 (R\$ 49.892.347,04 em 2022), valor este que considera um ajuste a valor justo de R\$ 23.924.493,63 e a receita financeira da amortização das cotas de R\$ 39.992.685,97.

A receita da Companhia referente aos rendimentos de aplicações financeiras em fundos de renda fixa em 2023 foi de R\$ 18.161.336,27 (R\$ 8.700.305,86 em 2022).

As despesas totais da SPDA em 2023 foram de R\$ 42.012.707,71 (28.892.143,75 em 2022). As despesas mais representativas foram as de juros sobre capital próprio R\$ 26.206.178,03 (21.141.857,33 em 2022), tributos diferidos de R\$ 8.003.557,54 (R\$ 871.116,19 em 2022), pessoal de R\$ 4.026.471,66 (R\$ 3.715.593,77 em 2022) e tributárias de R\$ 2.711.792,39 (R\$ 2.595.148,80 em 2022).

Isto posto, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia anuncia o maior lucro líquido de sua história, no valor de R\$ 66.702.937,73.

IV. Perspectivas

Com o FIDC e mecanismos de garantia já implementados, a Companhia estuda a estruturação de novos veículos de investimentos para gerir ativos e lastrear operações financeiras municipais em outros segmentos, tais como a reorganização de dívidas, geração de receitas e aquisição de novos créditos.

Entende-se que, na fase atual da empresa, a prestação de serviços de consultoria ou assessoramento deixaram de ser o objetivo primordial de atividade finalística, passando a ser uma importante forma de prospecção de novos negócios. Neste sentido, espera desenvolver projetos relacionados à melhoria da gestão do patrimônio imobiliário do Município, que pode envolver a constituição de fundos imobiliários, a implementação de serviços de cobrança dos créditos da PMSP e suas entidades controladas, bem como à promoção de setores estratégicos para a municipalidade por meio de maior celeridade e liquidez na circulação e gestão de ativos.

Em 2024, a empresa deve focar na reavaliação de seus principais projetos, inclusive com a análise de novas estruturas de mercado de valores mobiliários que sejam mais eficientes ou sustentáveis.

Já para mobilização de ativos, a SPDA analisa estruturas de lastros e garantias, objetivando a emissão de valores mobiliários ou a alienação direta de ativos no mercado, de modo a promover opções a municipalidade para captação e financiamento de projetos estruturantes de relevante interesse público.

Face ao apresentado, após se consolidar como uma importante ferramenta para servir ao interesse público no Município, a SPDA buscará ampliar seu leque de operações e reavaliar o modelo de suas atividades em busca de eficiência e crescimento sustentável.

O Relatório da Administração é parte integrante das demonstrações financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

A Companhia anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro em 2023. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedade por Ações.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA

CNPJ 11.697.171/0001-38

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		102.399.538	143.318.606	CIRCULANTE		21.252.787	52.060.421
Caixa	4	4	18	Obrigações com Fornecedores	11	125.880	185.446
Aplicações Financeiras	4	83.594.726	131.875.967	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	12	426.888	437.782
Outros Créditos	5	9.313	33.574	Obrigações Tributárias	13	2.012.856	2.334.989
Impostos e Contribuições a recuperar	6	18.718.163	11.264.700	Juros s/ Capital Próprio	14	18.687.164	49.102.205
Despesas do Exercício Seguinte	7	77.333	144.347				
NÃO CIRCULANTE		374.389.347	338.259.801	NÃO CIRCULANTE		68.855.450	60.853.112
Realizável a Longo Prazo				IRPJ - Diferido	15	50.489.245	44.640.112
Fundo de Investimento para garantia PPP	8	71.727.266	39.512.733	CSLL - Diferido	15	18.366.205	16.213.000
Títulos e Valores Mobiliários	9	302.657.361	298.740.171				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		386.680.648	368.664.874
Imobilizado	10	4.720	6.898	Capital Social	16.1	262.488.008	262.488.008
				Reserva de Lucros a Realizar	16.2	74.893.342	97.374.327
				Reserva Legal	16.3	12.137.686	8.802.539
				Lucros / Prejuízos Acumulados	16.4	37.161.613	-
TOTAL DO ATIVO		476.788.885	481.578.407	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		476.788.885	481.578.407

Demonstrações dos Resultados

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta			
Serviços Prestados		418.430	
Impostos e contribuições sobre serviços	17	- 59.626	
Receita operacional líquida		<u>358.804</u>	<u>-</u>
Receitas e despesas operacionais			
Despesas com Pessoal	18.1	- 4.026.471	- 3.715.593
Despesas Gerais e Administrativas	18.2	- 406.296	- 501.560
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>- 4.073.963</u>	<u>- 4.217.153</u>
Receitas financeiras	19	58.154.022	55.664.370
Despesas financeiras	19	- 28.910.744	- 23.730.839
Resultado financeiro		29.243.278	31.933.531
Resultado operacional líquido		<u>25.169.315</u>	<u>27.716.378</u>
Outras receitas	20	23.924.494	2.928.254
Outras Despesas	20	-	- 7.500
Receitas e despesas não operacionais		72.148	
Reversão de Provisão	21	72.148	
Resultado antes dos tributos		<u>49.165.957</u>	<u>30.637.132</u>
Imposto de Renda e Contribuições sociais - correntes	22	- 666.869	- 73.006
Imposto de Renda e Contribuições sociais - diferidos	23	- 8.002.328	- 863.616
Resultado antes das reversões		<u>40.496.760</u>	<u>29.700.510</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	24	26.206.178	21.141.857
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>66.702.938</u>	<u>50.842.366</u>

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>66.702.938</u>	<u>50.842.366</u>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(28.125)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>66.702.938</u>	<u>50.814.241</u>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022	204.164.469	6.260.420	98.204.409	-	308.629.298
Ajuste de exercício anterior				(28.125)	(28.125)
Lucro do Exercício				50.842.366	50.842.366
Aumento do Capital Social	58.323.539				(58.323.539)
Reserva Legal		2.542.118		(2.542.118)	-
Juros Sobre o Capital Próprio				(48.272.123)	(48.272.123)
Reserva de Lucros a Realizar			(830.082)		(830.082)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	262.488.008	8.802.538	97.374.327	-	368.664.875
Lucro do Exercício				40.496.760	40.496.760
Reserva Legal		3.335.147		(3.335.147)	-
Juros Sobre o Capital Próprio Pago			(22.480.986)		(22.480.986)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	262.488.008	12.137.686	74.893.342	37.161.613	386.680.648

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício antes do IR e CSLL	<u>66.702.938</u>	<u>50.842.366</u>
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(28.125)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital AFAC	-	18.197.858
Reversão de Provisão	(72.148)	-
Depreciação	2.178	16.745
Ajuste a Valor Justo	(63.917.190)	(49.892.347)
Equivalência Patrimonial	-	-
IRPJ e CSLL Diferidos	8.002.328	863.616
Receitas Financeiras de Longo Prazo (Investimentos em Garantia - PPP)	(7.108.854)	(4.385.513)
Lucro Líquido Ajustado	<u>3.609.252</u>	<u>15.614.602</u>
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	24.261	(17.424)
(Aumento) Diminuição de Clientes a Receber	-	2.143.843
(Aumento) Diminuição de Impostos a Recuperar	(7.381.315)	(8.089.955)
(Aumento) Diminuição de Despesas Antecipadas	67.014	(6.323)
(Aumento) Diminuição de Fundo de Investimentos - PPP	1.127.446	632.935
(Aumento) Diminuição de Amortização de Títulos e Valores Mobiliários	60.000.000	78.500.000
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(59.556)	94.527
Aumento (Diminuição) de Impostos a Recolher	(322.134)	1.411.673
Aumento (Diminuição) de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(10.894)	57.457
Aumento (Diminuição) de Outras Obrigações	-	(18.197.858)
Total da Variações Ocorridas	53.444.823	56.528.876
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>57.054.075</u>	<u>72.143.478</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Fundo de Investimentos em PPP	(26.233.126)	-
(Aquisição)Venda de intangível	-	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(26.233.126)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros Sobre Capital Próprio	(79.102.204)	-
Integralização de Capital	-	26.223.126
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(79.102.204)</u>	<u>26.223.126</u>
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(48.281.255)</u>	<u>98.366.604</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	131.875.985	33.509.381
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	83.594.729	131.875.985
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(48.281.256)</u>	<u>98.366.604</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - SPDA é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, integrante da administração indireta do Município de São Paulo, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda – SF. Sua constituição foi autorizada pela Lei Municipal nº 14.649, de 20 de dezembro de 2007, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP no dia 9 de março de 2010.

A SPDA tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social da Cidade de São Paulo e na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários, bem como na administração do pagamento de dívidas do Município.

2. Base para elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, nas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos e Interpretações orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi em 6 de março de 2024, após terem sido revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da SPDA.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, principalmente, dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, assim como as informações financeiras, são arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras foram observadas as práticas contábeis adotadas no Brasil e é exigido que a Administração faça julgamentos, utilize de estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Os ajustes originários das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As principais práticas, descritas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, o qual estabelece que sejam incluídas na apuração dos períodos em que ocorrerem e, simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento de pagamento. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da SPDA, a saber: (i) Receita de juros e de atualização monetária; (ii) Despesas de juros e atualização monetária decorrentes dos ativos e passivos.

3.2 Instrumentos financeiros não derivativos ativos e passivos

3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. São mensurados de acordo com sua classificação, nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo, exceto as contas a receber de clientes, que é mensurada pelo preço de transação, e posteriormente, ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, quando aplicável. Quando necessário o custo amortizado é reduzido pela perda por redução ao valor recuperável (impairment). Os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço ou quando há alguma evidência objetiva que o ativo ou grupo de ativos financeiros não serão recuperados.

Na data das demonstrações contábeis somente as categorias a seguir possuíam ativos financeiros registrados para as quais detalhamos o critério de mensuração.

3.2.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Companhia quando incorridos. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado incluem principalmente o caixa, os equivalentes de caixa e os valores mobiliários.

3.2.1.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

➤ Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (impairment)

A cada data de balanço, a SPDA avalia o saldo contábil líquido dos ativos financeiros, individualmente ou em grupo, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado, com o

objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor líquido excede o valor recuperável, mas não for possível determinar com exatidão o montante da redução ao valor recuperável a provisão é realizada baseada em estimativas de perdas esperadas para os ativos, considerando características qualitativas e quantitativas que estejam disponíveis, tais como:

- Inadimplência ou atrasos do devedor quando for pouco provável que o pagamento ocorra integralmente ou em parte;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título;
- Dados observáveis indicando que houve declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um ativo ou grupo de ativos financeiros;
- Outras características individuais do ativo.

As perdas e reversões são reconhecidas no resultado e refletivas em conta de provisão para perda do respectivo ativo.

3.2.1.3 Passivos financeiros não derivativos

A SPDA classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo por meio do resultado, posteriormente, são reconhecidos ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, quando aplicável. Os passivos financeiros não derivativos incluem principalmente fornecedores, obrigações trabalhistas e tributárias e outras contas a pagar.

➤ Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o ativo expiram ou quando são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo são transferidos. Também serão passíveis de baixa, em sua totalidade ou em parte, quando houver alguma evidência concreta ou expectativa razoável de perda do ativo financeiro.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando expiram.

3.2.1.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários, aplicações financeiras, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que utilizados pela Companhia para atender os compromissos de curto prazo.

3.2.1.7 Imobilizado

O ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e taxas estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Anos	Taxa de Depreciação
Móveis e Utensílios	10	10%
Computadores e Periféricos	5	20%

3.2.1.8 Intangível

O ativo intangível representa os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido pela amortização acumulada e por perdas por redução ao valor recuperável, quando necessário. A amortização é reconhecida pelo método linear, ao longo da vida útil econômica estimada do bem.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o custo é refletido na demonstração do resultado do exercício em que ocorrer.

Um ativo intangível é baixado quando não houver mais benefícios resultantes do uso ou da realização. Os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

3.2.1.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores dos ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao seu valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda ou redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.2.1.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base as estimativas disponíveis.

Quando for provável que uma obrigação exista na data do balanço a provisão é reconhecida. Quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço a contingência passiva será divulgada em notas explicativas. As contingências passivas classificadas com possibilidade de saída de recursos não são registradas ou divulgadas.

3.2.1.11 Tributos correntes

➤ Tributos sobre o lucro tributável

A SPDA é optante pelo regime de apuração lucro real anual. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros tributáveis que excederem R\$ 240.000,00, no período de 12 meses, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A contribuição social é apurada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os tributos são reconhecidos pelo regime de competência e reconhecidos no resultado do exercício.

➤ **Tributos sobre o faturamento**

A contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é apurada pela alíquota de 0,65% e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS é apurada pela alíquota de 4%, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente.

Para receitas operacionais de natureza não financeira, a apuração é realizada pelo regime não cumulativo, apurada pelas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS, podendo creditar os custos e despesas utilizados como insumos na sua realização.

➤ **Tributos a recuperar**

Os tributos a recuperar oriundos de pagamentos a maior em exercícios anteriores e de estimativa recolhidas durante o exercício e acumulada até 31/12/2023 foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão é ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos pela taxa SELIC conforme disposto no artigo 39, § 4º, da Lei Federal nº 9.250/1995 e são utilizados para compensações dos tributos devidos.

3.2.1.13 Tributos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro Líquido diferidos são reconhecidos, diretamente no resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesse caso, são reconhecidos diretamente onde estão relacionados. O reconhecimento é realizado no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL.

São calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos registrados nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e CSLL correntes.

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada data de apresentação do balanço ou quando houver evidência objetiva da necessidade de revisão.

3.2.1.12 Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (pro-rata die) e provisão para perda, quando necessário. Os passivos demonstrados incluem valores conhecidos e mensuráveis, acrescido dos encargos e das variações monetárias incorridas até a datas de apresentação do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	4	18
Aplicações Financeiras	83.594.726	131.875.967
Totais	83.594.730	131.875.985

Caixa: Abrangem saldos do fundo fixo de caixa em espécie.

Aplicações Financeiras: Referem-se ao valor das cotas: (i) do Fundo de Investimento BB Milênio 32 FI RF e (ii) Fundo BB Renda Fixa CP Diferenciado Setor Público FIC; adesão feita em 03 de agosto de 2021, ambos administrados pela BB Gestão de Recursos – DTVM S.A.

5. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias	9313	15.584
Adiantamento de salários		17.990
Totais	9.313	33.574

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Negativo IRPJ Exercícios Anteriores	8.974.561	2.617.872
Saldo Negativo IRPJ 2022	8.904.733	8.487.331
Saldo Negativo CSLL 2022	838.869	159.497
Totais	18.718.163	11.264.700

Correspondem aos tributos passíveis de compensação oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a vencer	77.333	144.347
Totais	77.333	144.347

Corresponde ao seguro de Responsabilidade Civil na modalidade D&O (*Directors and Officers*), abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado.

O Seguro contratado alcançou o valor total de R\$ 120.000,00, tem vigência para 12 meses, compreendendo o período de 23/08/2023 até 23/08/2024.

8. FUNDO DE INVESTIMENTO PARA GARANTIA – PPP

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo - Garantias – PPP - Habitação	43.826.881	39.512.733
Fundo - Garantias - CEU's	27.900.386	
Totais	71.727.266	39.512.733

A SPDA Projetos tem como uma de suas atividades fornecer garantia em projetos de Parcerias Público Privadas do Município.

Para a prestação de serviços de garantia para a PPP Habitação a Companhia detém um fundo de renda fixa exclusivo o “Caixa FI SPDA Projetos RF LP” (“SPDA Projetos”) que foi constituído, inicialmente, com R\$ 31.122.196,85 decorrentes da amortização de cotas do FIDC. Este valor é suficiente para cobrir de necessidade de garantia projetada pela COHAB-SP para o exercício social de 2024.

Para a prestação de serviços de garantia para a PPP CEUs a Companhia detém cotas no Fundo de Renda Fixa BB RF CP Diferenciado, constituído, inicialmente, com saldo de R\$ 26.233.126,00, mesmo valor da obrigação garantida, que é atualizada anualmente pela aplicação do IPC/FIPE.

As garantias poderão ser executadas no caso da inadimplência do Poder Concedente com o Concessionário, sendo que no caso de execução da garantia o Poder Concedente terá como obrigação realizar o repasse de recursos à SPDA para ressarcimento do valor executado.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 01/11/2016 foi iniciada a operação do SPDA Habitação FIDC NP (“FIDC”), sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Resolução CVM nº 175/2022, conforme alteradas, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados pela Carteira de Créditos Imobiliários – (“CCI”) nele integralizada pela SPDA.

Em 01/11/2016, a SPDA transferiu a CCI ao FIDC pelo valor de R\$ 194.979.126,05, referente a 194,97912605 cotas. As cotas foram ajustadas ao seu valor justo em 31/12/2023, conforme movimentação abaixo demonstrada:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
FIDC NP SPDA	194.979.133	194.979.133
Ajuste ao Valor Justo FIDC NP SPDA	318.178.227	254.261.038
Amortização FIDC - Principal	(96.390.715)	(76.383.401)
Amortização FIDC - Renda	(114.109.286)	(74.116.599)
Valor Justo	302.657.361	298.740.171

Descrição	Qtd de cotas	Valor da Cota em 31/12/2023	Valor de Mercado (Em R\$)
FIDC NP SPDA	195	1.552.255	302.657.360

Descrição	Qtdd de cotas	Valor da Cota em 31/12/2022	Valor de Mercado (Em R\$)
FIDC NP SPDA	195	1.532.165	298.740.171

As cotas do FIDC são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio da marcação a mercado da Carteira de Créditos Imobiliários. Considerando que a CCI é calculada por meio de metodologia estatística, tanto a revisão do apuração dos direitos creditórios quanto as suas eventuais provisões para perdas estão sujeitas a desvios e eventos atípicos.

Destaca-se que o FIDC gera a principal receita da Companhia, ainda, que a rentabilidade do FIDC seja convertida em disponibilidade após a sua realização, por amortização de suas cotas e/ou de seus rendimentos, sempre que houver necessidade de liquidez para realização de investimentos para atendimento de seu objeto social.

No exercício de 2023 a Companhia efetuou amortização de cotas no valor bruto de R\$ 60.000.000,00. Do valor bruto amortizado o montante de R\$ 20.007.314,03 representa a amortização do investimento no FIDC e o valor de R\$ 39.992.685,97 corresponde a realização dos rendimentos acumulados.

Do total bruto amortizado houve retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 9.974.171,49, resultando em uma amortização líquida no total de R\$ 50.025.828,51, esse valor gerou um aumento no caixa que será utilizado para pagar tributos, distribuir resultados, custear a Companhia e, caso seja possível, reforçar investimentos na prestação de garantia.

10. IMOBILIZADO

Bens do Imobilizado	Saldo líquido 31/12/2023	Depreciação o acumulada	Saldo Líquido 31/12/2022
Moveis e utensílios	4.720	(2.178)	6.898
Total	4.720	(2.178)	6.898

Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

11. OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel e Rateios a Pagar	66.236	95.537
Fornecedores de Serviços	59.645	89.909
Totais	125.880	185.446

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
INSS a Recolher	87.310	89.735
FGTS a Recolher	12.703	11.934
Provisão de Férias	120.379	122.682
Provisão de Férias - CLT	135.326	140.130
Provisão de INSS s/ Férias	24.076	24.536
Provisão de INSS s/ Férias - CLT	36.267	37.555
Provisão de FGTS s/ Férias - CLT	10.826	11.210
Totais	426.888	437.782

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
PIS a Recolher	268.413	312.665
COFINS a Recolher	1.651.771	1.924.091
Impostos e contribuições retidos na fonte	92.672	96.685
ISS a Recolher	-	116
CSRF a recolher	-	1.433
Totais	2.012.856	2.334.989

14. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.102.205
Obrigações constituídas em 2023	48.687.164
Pagamentos efetuados em 2023	- 79.102.205
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.687.164

O saldo em 31/12/2022 decorre da deliberação realizada na Reunião do Conselho de Administração, ocorrido em 29/09/2022, quanto à declaração de Juros Sobre Capital Próprio - JCP a pagar aos acionistas, nos valores de R\$ 13.190.264,17 sobre o exercício de 2017, R\$ 14.770.083,00 sobre o exercício de 2018 e R\$ 21.141.857,33 sobre o exercício corrente de 2022, totalizando R\$ 49.102.204,50, que foram pagos no exercício de 2023.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 14/12/2023 foi deliberada a declaração de JCP a pagar no valor de R\$ 26.206.178,03, referente ao exercício de 2023, e no valor de R\$ 22.480.985,54, referente aos exercícios de 2019 e 2020, totalizando o montante de R\$ 48.687.163,57.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ Diferido	50.489.245	44.640.112
CSLL Diferido	18.366.205	16.213.000
Totais	68.855.450	60.853.112

O IRPJ e CSLL diferidos foram calculados sobre o valor do ajuste ao valor justo referente às cotas do FIDC. Tais tributos diferidos foram reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL e serão compensados fiscalmente à medida da sua realização.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 O Capital Social autorizado é composto por 262.488.008,11 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado no valor de R\$ 262.488.008,11.

16.2 A Reserva de Lucros a Realizar é constituída pela apropriação dos lucros obtidos pela Companhia, na forma prevista nos normativos aplicáveis, para atender às finalidades previstas no objeto social e deliberações da Administração. Em 2023 a reserva de lucros a realizar foi reduzida em R\$ 22.480.985,54 referentes aos valores distribuídos à título de Juros sobre o Capital Próprio, restando como saldo o valor de R\$ 74.893.341,60.

16.3 A Reserva Legal é acrescida de 5% sobre o lucro líquido do exercício. Considerando que a Companhia obteve lucro em 2023 no valor de R\$ 66.702.937,73, no final de exercício de 2023 a reserva legal foi acrescida de R\$ 3.335.147,89, resultando em um saldo de R\$ 12.137.686,55 em 31/12/2023.

16.4 O Lucro do exercício de 2023 alcançou o valor de R\$ 66.702.937,73, que foram destinados a constituição de reserva legal, distribuição de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos e fundo de investimento destinado à concessão de garantias:

Distribuição dos resultados	31/12/2023
Lucro líquido	66.702.938
Reserva Legal	-3.335.148
Base para distribuição de resultados	63.367.791
Dividendos a pagar	37.161.613
Juros sobre o Capital Próprio	26.206.178

17. RECEITA OPERACIONAL

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta com serviços prestados	418.430	-
Deduções da receita bruta		
ISS	- 20.922	-
PIS	- 6.904	-
COFINS	- 31.801	-
Receita operacional líquida	358.803	

A receita operacional da Empresa é decorrente da prestação de serviços de consultoria, assessoramento em projetos relacionados ao objeto social da Companhia, a seguir detalhamos as receitas auferidas no exercício de 2023:

CONTRATO	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO EM 2023	OBJETO
Contrato COHAB-MG e SPDA	R\$ 19.995,00	Primeira parcela da prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial com a finalidade de auxiliar a Cohab Minas a melhorar a gestão de seus créditos e otimizar a sua funcionalidade, bem como para estruturar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC para a carteira de recebíveis da Cohab Minas.
Contrato SF nº 40/2022	R\$ 150.050,00	Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte ao desenvolvimento de ações da Prefeitura do Município de São Paulo, voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social da Cidade e à otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários à – PMSP.
Contrato nº 145/SME/2023	R\$ 248.385,24	Prestação de garantia contratual na qualidade de interveniente no Contrato de PPP para a construção de novos CEUs, em favor da Secretaria Municipal de Educação.

18. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

18.1 Despesas com pessoal

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários	1.090.670	885.271
Honorários - Conselheiros	612.000	612.000
Remuneração da Diretoria	1.185.717	1.150.689
Encargos - INSS e FGTS	744.174	691.514
Provisão e Encargos - Férias e 13º Salário	226.076	228.409
Encargos - INSS e FGTS - sobre provisões	78.674	67.751
Vale Refeição	43.838	35.436
Assistência Médica	43.796	43.219
Saúde ocupacional	1.526	1.305
Total geral	4.026.472	3.715.594

18.2 Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria Contábil	54.666	50.712
Auditoria e Consultoria	15.258	11.583
Assessoria Jurídica	-	28.500
Outros Serviços PJ	42.211	34.146
Aluguel e Condomínio	87.630	127.140
Seguros	187.014	217.664
Informática	8.478	8.478
Depreciações	2.178	16.745
Impostos e taxas	8.860	6.592
Total geral	406.296	501.560

19. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita de Amortização de cotas FIDC	39.992.686	46.964.064
Rendimentos de Aplicação Financeira	17.060.348	8.388.690
Juros Ativos	1.100.988	308.055
Recuperação de Despesas		3.561
Total	58.154.022	55.664.370
Despesas financeiras		
Despesas Financeiras	404	425
Juros sobre Capital Próprio	26.206.178	21.141.857
PIS S/Receita Financeira	378.001	361.854
COFINS S/Receita Financeira	2.326.161	2.226.703
Total	28.910.744	23.730.839
Resultado financeiro líquido	29.243.278	31.933.531

19.1 RESULTADO FINANCEIRO – excluindo o JCP

Os Juros sobre o Capital Próprio foram evidenciados na Demonstração do Resultado como Despesa Financeira considerando o disposto no art. 30, § único, da IN SRF nº 11/1996. Contudo, por se tratar de uma forma de remuneração dos acionistas, pelo capital investido na própria empresa, apresentamos o resultado financeiro excluindo o JCP.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita de Amortização de cotas FIDC	39.992.686	46.964.064
Rendimentos de Aplicação Financeira	17.060.348	8.388.690
Juros Ativos	1.100.988	308.055
Recuperação de Despesas		3.561
Total	58.154.022	55.664.370
Despesas financeiras		
Despesas Financeiras	404	425
PIS S/Receita Financeira	378.001	361.854
COFINS S/Receita Financeira	2.326.161	2.226.703
Total	2.704.566	2.588.982
Resultado financeiro líquido	55.449.456	53.075.388

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS RECEITAS		
Receitas de Ajuste a Valor Justo - Sub Conta	23.924.494	2.928.283
Perda de Ajuste do Valor Justo - Sub Conta	-	- 29
Total	23.924.494	2.928.254
OUTRAS DESPESAS		
Despesas com Termo de Mútuo/SPSEC		- 7.500
Total geral	-	- 7.500

A receita de ajuste ao valor justo refere-se à participação da Companhia no Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios – FIDC mencionado na Nota explicativa 9.

Relativamente às despesas com Termo de Mútuo decorre da responsabilidade da SPDA como liquidante da Companhia Paulistana de Securitização – SP-SEC.

21. RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
Reversão de provisão	72.148	-
Total	72.148	-

Refere-se ajuste da provisão para Contribuição sobre o Lucro Líquido estimada em virtude do lançamento de reconhecimento no exercício de 2022.

22. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	483.992	858
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	182.877	72.148
Total geral	666.869	73.005

A provisão para imposto de renda e contribuição social corresponde ao valor esperado a pagar na data da apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste com relação a exercícios anteriores. Ocorrem quando da incidência de lucro tributável, de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes. A Companhia provisiona mensalmente as parcelas de imposto de renda e contribuição social, na incidência de base tributável sobre o lucro, obedecendo ao regime de competência.

Os tributos recolhidos mensalmente por estimativa, os retidos na fonte e os tributos a recuperar, descritos na nota explicativa 6, poderão ser deduzidos do valor dos tributos a pagar apurado no encerramento do exercício.

23. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – DIFERIDOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ - Diferido	5.849.123	600.071
CSLL - Diferido	2.153.204	263.545
Total geral	8.002.327	863.616

O IRPJ e CSLL diferidos foram calculados sobre a receita de ajuste a valor justo (nota 20) referente à participação da Companhia no Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios – FIDC (nota 9) Tais tributos diferidos foram reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias.

24. REVERSÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Distribuição dos resultados	31/12/2023	31/12/2022
Reversão de Juros sobre o capital próprio	26.206.178	21.141.857

Corresponde ao valor a distribuir aos acionistas a título Juros Sobre Capital Próprio ("JCP") conforme deliberado pela Administração da Companhia na reunião extraordinária do Conselho de Administração, ocorrida em 14/12/2023.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme estabelecido na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre qualquer negócio entre a Companhia (ou qualquer de suas Controladas) e suas Partes Relacionadas. Por Parte Relacionada entende-se, com relação à SPDA e a seus acionistas, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, a parte que for: (i) subsidiária e/ou Afiliada; (II) coligada; (iii) joint venture (empreendimento conjunto) em que a Companhia, seus acionistas, suas subsidiárias e Afiliadas sejam um investidor; (iv) acionista, ou administrador, membro do Conselho Fiscal, ou membro do pessoal-chave da administração da Companhia, suas subsidiárias e/ou Afiliadas; (v) parente até o segundo grau (ascendentes, descendentes ou irmãos) e cônjuge de qualquer Pessoa referida no item (i) ou (iv); (vi)

Controlada, Controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa Companhia reside em, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida no item (iv) ou (v); (vii) responsável por benefícios pós-emprego para benefício dos empregados e membros da Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou Afiliadas; e (viii) quotista dos acionistas da Companhia ou outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo mesmo administrador e/ou gestor em outros fundos que tenham a Companhia como quotista.

As Transações com Partes Relacionadas só poderão ser autorizadas pelo Conselho de Administração em situações não vedadas por norma aplicável no Município de São Paulo. Para tanto, a empresa deve seguir os mesmos procedimentos necessários para transacionar com outras empresas do mercado, inclusive as normas de Licitações e Contratos estabelecidas na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, na Lei Federal nº 14.133 de 1 de abril de 2021 e na legislação municipal aplicável.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia manteve as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- Empresa De Tecnologia Da Informação E Comunicação Do Município De São Paulo – PRODAM-SP S/A – Contrato para prestação de serviços de Sistemas de Informação, Redes e Conectividade e Data Center, no valor máximo de R\$ 83.247,23 em um período de 12 meses. Por se tratar de um contrato com remuneração mediante medição em 2023 foram consumidos e pagos R\$ 33.482,93 em serviços.
- Prefeitura do Município de São Paulo – Aluguel e condomínio (termo de ocupação) para o período de janeiro a dezembro de 2023 no valor estimado de R\$ 173.001,60, sendo R\$ 106.766,10 pagos referentes ao período de janeiro a setembro e R\$ 66.235,50 o valor estimado de outubro a dezembro, registrado lançado no passivo.
- Secretaria Municipal de Fazenda de São Paulo – Prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte ao desenvolvimento de ações da Prefeitura do Município de São Paulo, voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social da Cidade de São Paulo e à otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários à Prefeitura. O contrato tem duração de 12 meses e foi prorrogado em outubro de 2023. O valor global do contrato é equivalente a R\$ 525.100,00.
- COHAB-SP – Contratos de Prestação de Garantias de 11 lotes da PPP da Habitação. A SPDA garantirá o valor de seis contraprestações mensais. Uma vez executada a garantia, total ou parcialmente, a sua manutenção integral fica condicionada à sua reposição, restando garantida apenas a fração correspondente ao montante não executado (do valor equivalente a seis contraprestações mensais). Conforme valores providenciados à SPDA pela CHAB-SP o valor máximo correspondente à contraprestação do Lote 1 é R\$ 6.601.448; do Lote 2 R\$ 2.220.123; do Lote 4 R\$1.274.352; do Lote 5 R\$ 2.861.732; do Lote 6 R\$ 1.838.933; do Lote 7 R\$ 2.195.496; do Lote 8 R\$ 1.707.708; do Lote 9 R\$ 837.386; do Lote 10 R\$ 4.071.786; do Lote 11 R\$ 1.938.293; e do Lote 12 R\$ 5.510.103. Também em conformidade com as informações prestadas pela COHAB-SP à SPDA apenas em 2024 os lotes 10 e 12 ensejarão, exclusivamente, as primeiras contraprestações devidas, com valor equivalente a R\$ R\$ 1.628.714 e R\$ 920.646. Todos os lotes cobrarão os valores máximos de contraprestação em 2030. A remuneração da SPDA corresponde a 0,95% do valor garantido ao ano.
- Secretaria Municipal de Educação – Como interveniente garantidora no Contrato de PPP para a construção de novos CEUs, a SPDA prestará, em favor da Secretaria Municipal de Educação, garantia equivalente a 6 (seis) contraprestações máximas. Uma vez executada, total ou parcialmente, a

manutenção da garantia integral fica condicionada à sua reposição, restando garantida apenas a fração correspondente ao montante não executado (do valor equivalente a 6 (seis) contraprestações mensais máximas. O valor da contraprestação mensal máxima é equivalente R\$ 4.370.521,00, conforme contrato assinado em outubro de 2022. A remuneração pela prestação da garantia é objeto do contrato celebrado pela SPDA com a Secretaria de Municipal de Educação, com o valor proposto pela SPDA.

25.1 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E SALÁRIOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários	1.090.670	885.271
Honorários - Conselho de Administração	504.000	504.000
Honorários - Conselho Fiscal	108.000	108.000
Remuneração da Diretoria	1.185.717	1.150.689
Encargos - INSS e FGTS	744.174	691.514
Provisão e Encargos - Férias e 13º Salário	226.076	228.409
Encargos - INSS e FGTS - sobre provisões	78.674	67.751
Total geral	3.937.311	3.635.634

Esclarecemos que os valores apresentados acima não incluem os benefícios de vale refeição, reembolso de plano de saúde e os gastos com exames trabalhistas.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos instrumentos financeiros:

➤ Riscos de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos e de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos os investimentos são realizados em instituições financeiras públicas consolidadas no mercado, como Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal.

Os rendimentos financeiros são decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais, no caso dos fundos de investimento financeiro, podendo, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros.

A Companhia dispõe de ativos financeiros destinados à atividade operacional de fornecimento de garantia em projetos de Parcerias Público Privadas do Município. As garantias poderão ser executadas no caso da inadimplência do Poder Concedente com o Concessionário, sendo que no caso de execução da garantia o Poder Concedente terá como obrigação realizar o repasse de recursos à SPDA para ressarcimento do valor executado. No caso de inadimplência do Poder Concedente a SPDA deverá arcar com o valor executado da garantia.

Estão expostos aos riscos de créditos os equivalentes de caixa e os fundos de investimentos oriundos de obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito dos ativos financeiros na data do balanço representa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Aplicações Financeiras	83.594.726	131.875.967
Não circulante		
Fundo de Investimento para garantia PPP	71.727.266	39.512.733
Total geral	155.321.992	171.388.700

➤ **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos:

a) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O equivalente de caixa da Companhia está basicamente aplicado em fundos de investimentos lastreados especialmente em títulos públicos vinculados à taxa SELIC, logo, está sujeito a uma variação desta taxa. Os demais instrumentos financeiros não estão sujeitos significativamente ao risco de taxa de juros.

b) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras afetar os seus ativos e passivos financeiros e/ou as suas transações operacionais. A Companhia não possui ativos ou passivos expostos à variação cambial, bem como o seu resultado não está sujeito à variação cambial.

c) Risco operacional

Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. É o risco de descontinuidade das operações em razão de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de fatores internos e fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A alta administração é responsável pelo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e minimizar riscos operacionais.

A exposição máxima dos ativos financeiros ao risco de mercado na data do balanço representa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Aplicações Financeiras	83.594.726	131.875.967
Não circulante		
Fundo de Investimento para garantia PPP	71.727.266	39.512.733
Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios	302.657.361	298.740.171
Total geral	457.979.353	470.128.871

Em 29/03/2016 a SPDA tornou-se cessionária da Carteira de Créditos Imobiliários, a definição de risco de crédito dos componentes da carteira concedida foi operacionalizada pela detentora da originária da carteira, a Companhia de Habitação -COHAB-SP, empresa Municipal controlada pela Prefeitura de

São Paulo. Em 01/11/2016 a SPDA, concedeu a Carteira de Créditos Imobiliários ao Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios, FIDC NP (“FIDC”), transferindo todos os riscos envolvidos na operação, tais riscos foram considerados como na elaboração de Laudo e reconhecimento dos recebíveis a seu valor justo.

➤ **Risco de liquidez**

Decorre de o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Considerando que no encerramento do exercício de 2023 a Companhia apresentou um índice de liquidez corrente de 4,82, conforme se verifica na nota explicativa abaixo, a Administração entende que tais recursos são suficientes para honrar os compromissos assumidos.

26.2 Gestão de Capital

O Capital Circulante Líquido corresponde ao capital que a empresa tem líquido e que pode ser utilizado para pagamentos de dívidas no curto prazo. Os indicadores de capital circulante na data do balanço representam:

Descrição	31/12/2023
Ativo circulante	102.399.539
Passivo circulante	- 21.252.788
Capital circulante líquido	81.146.751
Índice de liquidez corrente	4,82

26.3 Instrumentos financeiros


Os valores dos instrumentos financeiros ativos, constantes nestas Demonstrações Financeiras, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Os ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial e são os seguintes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	83.594.729,00	131.875.985,00
Fundo de Investimento para garantia PPP	71.727.266,00	39.512.733,00
Títulos e Valores Mobiliários	302.657.361,00	298.740.171,00
Obrigações com Fornecedores	125.880,00	185.446,00
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	426.888,00	437.782,00
Obrigações Tributárias	2.012.856,00	2.334.989,00
Juros s/ Capital Próprio a pagar	18.687.164,00	49.102.205,00

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos ou pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, quando aplicável.

Diretoria Executiva

RHPAY Contadores Associados SS EPP

 AFAI AUDITORES INDEPENDENTES S/S	RIBEIRÃO PRETO Rua Vicente de Carvalho, 202 – Conjunto 05 Ribeirão Preto – SP – Cep: 14.020-040 (16) 3632.3100 (16) 3632.3111	E-mail: administrativo@auditores.com.br Home-page: www.auditores.com.br CVM 9.555 CRC-SP 25/P023489/O-4
---	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA
São Paulo (SP)

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação a SPDA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Para essas Demonstrações Contábeis de 31/12/2023, a Administração não preparou o “Relatório da Administração” e, dessa forma, nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando o mesmo é preparado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. O principal assunto trata-se do pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no montante de R\$ 48.687.163,57 sendo, R\$ 26.206.178,03 relativo ao ano de 2023 e R\$ 22.480.985,54 aos anos de 2019 e 2020.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **SPDA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **SPDA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **SPDA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da SPDA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da SPDA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a SPDA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o



AUDITORES INDEPENDENTES S/S

assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório foi emitido em 16 de fevereiro de 2023, o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 11 de março de 2024.



Afai Auditores Independentes S/S



PARECER DO CONSELHO FISCAL



COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS
Diretoria Administrativa Financeira
Rua Libero Badaró, nº 190, 5º Andar - Bairro Sé - São Paulo/SP - CEP 01008-000
Telefone: 2873-7373
PROCESSO 7110.2023/0000042-8
Parecer SPDA/DAF Nº 100228125
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S, 13 de março de 2024, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento da Proposta de Destinação do Lucro Líquido a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem **adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a **situação patrimonial, financeira e de gestão** da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA.

Adicionalmente, por unanimidade manifesta-se **favorável à submissão da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício** à Assembleia Geral dos Acionistas na forma a ser apresentada ao Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia projetada para o exercício de 2023.

São Paulo, 20 de março de 2024.